



Federação Nacional
dos Professores | fenprof.pt

HÁ QUE FALAR VERDADE, QUEBRANDO O FALSO UNANIMISMO

Público e privado não são a mesma coisa. A Escola Pública faz a diferença; há que defendê-la!

Não, público e privado não são a mesma coisa, ainda que, de ambos, se exija a mais elevada qualidade. Afirmam os promotores do 1.º Congresso das Escolas que querem “ultrapassar as querelas público/privado, ricos/pobres, interior/litoral”, mas não estamos perante querelas, nem realidades que possam ser ignoradas ou ultrapassadas, simplesmente, porque existem e são distintas.

Sem pôr em causa a qualidade que todas as respostas, para todos os alunos e em todas as regiões do país deverão apresentar, não se pode confundir e considerar como se de uma e a mesma coisa se tratasse, escola pública e respostas privadas.

Como a FENPROF afirmou no Manifesto em defesa da Escola Pública, a Educação é um dos instrumentos fundamentais no combate à desigualdade, pois contribui, de modo decisivo, para a formação e a preservação de valores sociais, cívicos e culturais essenciais, e reveste-se de particular importância para a entrada e permanência das pessoas no mercado de trabalho e para o desenvolvimento da sua vida profissional e pessoal. Por esta razão, compete ao Governo mobilizar e garantir recursos necessários para que o Estado assegure Escolas Públicas com qualidade, que permitam o acesso a todas as crianças, jovens e cidadãos em igualdade de circunstâncias, independentemente das suas condições económicas e sociais.

Opções neoliberais de governos diversos procuraram conduzir a uma escola menos pública, menos democrática, menos inclusiva, orientada para a certificação e o registo estatístico do sucesso, em detrimento do conhecimento e do saber, voltada para responder mais às necessidades dos

grandes interesses económicos do que à importância da “formação integral dos cidadãos”.

Foi neste quadro que também se procurou burocratizar o exercício da profissão docente e transformar os professores e educadores em profissionais acrílicos e simples executores de tarefas, trabalhando em condições de crescente precariedade e amputados de direitos conquistados em mais de quatro décadas de regime democrático. Isto, a par de uma campanha pública de desvalorização social da sua imagem, com consequências que são conhecidas e vão desde o aumento dos casos de indisciplina na escola à fuga, por parte dos melhores alunos, aos cursos de formação de professores.

Como escreveu a jornalista São José Almeida “É aos professores que compete dar alma, dar substância ao sistema de ensino. Sem professores que se sintam dignificados e respeitados no desempenho da sua profissão não há ensino que funcione e que seja um investimento no futuro. Ora, um país que não investe no ensino público e que não investe nos seus professores, é um país que não aposta no futuro. Um país sem um sistema de ensino público sólido não tem futuro, nem crescimento económico, nem desenvolvimento social. Pode até ser considerada uma visão romântica e antiquada, perante os que cantam hossanas à mercantilização da vida, mas sem um sistema de ensino público digno e estruturado não haverá investimento no futuro, nem aposta em ter cidadãos capazes de assegurarem o futuro” (in Público, 20/08/2016).

Lamenta a FENPROF que, neste Congresso das Escolas, os Professores não tenham sido envolvidos na organização,

sendo a mesma da responsabilidade das associações patronais do setor e das associações de diretores de escolas e agrupamentos, o que justificará esta peregrina ideia de que público e privado é tudo a mesma coisa, bastando que haja “qualidade”, e que o debate social e político sobre a matéria não passa de uma simples querela que se pode ultrapassar. Não é verdade e a promiscuidade entre privado e público só serve quem, daí, pretende retirar vantagens.

Obviamente, não se põe em causa o direito de as famílias poderem matricular os seus filhos em colégios privados: é um direito que lhes assiste, desde que assumam o dever de suportar o custo da opção. O que se exige é que todos os que não têm esse poder de compra ou, tendo, optam pela Escola Pública – são a esmagadora maioria das famílias portuguesas –, tenham aqui a resposta adequada, cabendo ao Orçamento do Estado garantir a resposta de qualidade que se exige.

Ainda em relação aos professores, esquecidos na organização e promoção do 1.º Congresso das Escolas, uma nota para assinalar que a isto não será alheia a tentativa de pôr fim ao pouco que resta da participação democrática na direção e gestão das escolas, principalmente após 2008, através de legislação que põe em causa princípios fundamentais da Lei de Bases do Sistema Educativo e mesmo da Constituição da República. O atual regime de direção e gestão das escolas é elemento decisivo nesse afastamento dos professores da vida das escolas, pelo que urge repensá-lo e revê-lo.

A última nota é para assinalar que a Escola Pública faz mesmo a diferença porque é fator de inclusão, de igualdade de oportunidades e de qualidade para todos. Há, pois, que defendê-la.

Lisboa, 2 de novembro de 2017
O Secretariado Nacional da FENPROF

